

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT18 - Marxismo e Ciências Sociais

O conceito de Hegemonia Gramsciana numa Perspectiva Poulantziana e as possibilidades contra-hegemônicas.

Janaina Freire dos Santos¹

Paula Oliveira Adissi²

Caxambu – MG

¹Janaina Freire dos Santos é Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande-PB (PPGCS-UFCG); Participa de grupo de pesquisa Práxis, no PPGCS (UFCG), referente ao tema “Os governos pós-neoliberais na América Latina (1999-2009): uma análise comparativa. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e ilusão desenvolvimentista”, cadastrado no CNPQ.

²Paula Oliveira Adisse é Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - (PPGCS-UFCG); Participa de grupo de pesquisa Práxis, no PPGCS (UFCG), referente ao tema “Os governos pós-neoliberais na América Latina (1999-2009): uma análise comparativa. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e ilusão desenvolvimentista”, cadastrado no CNPQ.

Resumo

Este trabalho analisa os usos dos conceitos hegemonia e bloco histórico de Antônio Gramsci e os de hegemonia e de bloco no poder em Nicos Poulantzas. Apontaremos contribuições teóricas dos autores, similitudes e diferenças comparando uma teoria surgida fora dos marcos institucionais das Ciências Sociais, com a reapropriação do conceito de hegemonia, realizado na luta teórica, no marco da Ciência Política, pelo autor grego-francês. São concepções diferentes no interior do marxismo, pelo qual se pretende primeiro recuperar elementos da teoria de Gramsci para compreender, num segundo momento, como Poulantzas, nos debates sobre a questão do Estado, as classes, as frações das classes e o poder político, utiliza o conceito de hegemonia. Para isso também é necessário comparar os conceitos de bloco histórico do comunista italiano e de bloco no poder de Poulantzas. Nossa preocupação é pensar, a partir destas conceitualizações, as possibilidades ou não de estratégias de construção contra-hegemônicas nos dois autores.

Palavras-chave: hegemonia, Bloco Histórico, Bloco no poder.

Abstract

This paper examines the uses of the concepts of hegemony and historical bloc Antonio Gramsci and hegemony and the power bloc in Nicos Poulantzas. Point out the theoretical contributions of the authors, comparing similarities and differences arising out of a theory of institutional frameworks of Social Sciences, the reappropriation of the concept of hegemony, held in the theoretical struggle, in Political Science, Greek and French by the author. They are different concepts within Marxism, by which it intends to recover the first elements of Gramsci's theory to understand, secondly, as Poulantzas, in discussions on the question of the state, classes, class fractions and political power, uses concept of hegemony. For it is also necessary to compare the concepts of historical bloc and the Italian communist power bloc of Poulantzas. Our concern is to think, based on these conceptualizations, the possibilities or otherwise of strategies to build counter-hegemonic in the two authors.

Keywords: hegemony, Historic Block, Block in power.

Introdução

A relevância das obras de Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas só são compreendidas se levados em consideração forem o contexto em que escreveram e, também, o espaço político em que atuaram intelectualmente.

No capitalismo, a capacidade que as classes dominantes possuem para fazer com que as demais camadas assumam como sendo valores seus ascrenças que na verdade são provenientes da burguesia, foi analisada tanto por Gramsci, como por Poulantzas. Conceitos como Hegemonia, desse modo, é que, a despeito da sua amplitude em Gramsci, é apropriado, em parte, por Poulantzas e torna-se, na obra deste, também central para as suas formulações.

Porém, para delimitar esse campo de apropriação do conceito de hegemonia de Gramsci por Poulantzas, referencia-se esse trabalho usando textos centrais da produção bibliográfica desses autores. De Gramsci utilizaremos os *Cadernos do Cárcere*, fundamentalmente o volume que inclui as Notas sobre Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Deste texto recuperaremos conceitos fundamentais como Estado, Estado ampliado, sociedade civil, sociedade política, estrutura, super-estrutura, crise e crise orgânica, assim como os conceitos de bloco histórico, que é articulação entre a estrutura (econômica) e a superestrutura (política, jurídica e ideológica) num momento histórico determinado e de hegemonia. No que se refere ao professor grego que posteriormente exilou-se em Paris, trabalharemos com a obra *Poder Político e Classes Sociais*, que tem uma perspectiva com alguns elementos de caráter estruturalista e encontramos o conceito de hegemonia aplicada às práticas políticas das classes dominantes, no interior do bloco no poder de uma formação econômico-social capitalista. Estes dois textos nos permitem pensar, de forma diferente, as questões da hegemonia e a contra-hegemonia na sociedade capitalista. Este trabalho como, foi apontado, utilizará o principal livro de Poulantzas e não tem condições de realizar uma abordagem que problematize profundamente os momentos mais gerais no pensamento político dele. Então não trabalharemos neste trabalho o livro *Estado, Poder e socialismo* que apresenta uma estratégia diferente de luta pelo poder político diferente da sua obra anterior; estratégia que poderíamos denominar “eurocomunista de esquerda”, incorporando de maneira mais explícita a idéia da luta de classes institucional e extra-institucional.

Não se olvida que problematizar a incorporação do conceito gramsciano de hegemonia por parte de Poulantzas, traz ao debate os limites e as diferenças entre os mesmos. Mas, centramo-nos na importânciada constituição

teóricadesses autores, resgatando determinados conceitos para entender como cada autor aponta possibilidades de construção de uma alternativa contra-hegemônica. Suas diferenças existem, mas tanto Gramsci quanto Poulantzas, em momentos históricos diferentes trabalham as relações entre as classes sociais e o Estado e têm uma preocupação pela política enquanto luta pelo poder político, assim como são a continuidade de uma tradição histórica de teorizações sobre o Estado, que tem início com Karl Marx e Federico Engels e continua com Vladimir I. Lenin.

Segundo o que está colocado nos Cadernos do Cárcere pelo autor marxista italiano, hegemonia desdobra-se em dois significados distintos, que são, basicamente, a hegemonia em relação ao Estado, e outro que diz respeito à hegemonia em relação a um grupo social. Nesse patamar, os intelectuais têm uma função muito importante na consolidação do bloco histórico dominante.

Entretanto, para compreender o conceito de hegemonia na concepção de Nicos Poulantzas, faz-se necessário estabelecer os limites teóricos segundo os quais o autor trabalha esse conceito, pois é tocante a um grupo social no interior de um bloco de poder que Poulantzas usa o conceito gramsciano de hegemonia. Sua compreensão sobre hegemonia se relaciona com a função que o Estado capitalista tem para esse teórico que é a de oferecer unidade política às classes dominantes, afinal esse Estado, a partir da idéia de ação de busca do “bem comum”, consegue fazer prevalecer, na sua ação política, os interesses do bloco no poder e os de sua fração hegemônica. Assim, a hegemonia de uma classe se faz quando se faz prevalecer sobre as demais frações e quando representa a unidade de interesses do povo-nação.

Dessa forma, conceitualizações e reapropiações possíveis entre Poulantzas e Gramsci são trazidos nessa discussão enquanto possibilidade para se pensar a construção de contra-hegemonia na sociedade contemporânea.

1. Formulações teóricas do filósofo e militante italiano: A importância dos aparelhos privados de hegemonia para a estratégia revolucionária

Recuperações não são nada fáceis, principalmente se lhes impostas a limitação de espaço, e ainda mais quando o autor é possuidor de uma produção fundamental à concepção a qual está vinculado. Recuperar os conceitos centrais de Antônio Gramsci solicita primeiramente a compreensão de como o cárcere impactou fundamentalmente a sua obra, afinal para fugir de seus censores, se valeu de pseudônimos e expressões figurativas³ e, ante a insalubridade e inadequação do ambiente e do momento em que escreveu, apresentou formulações em 33 cadernos (muitas vezes trabalhados concomitantemente), nada fáceis de serem compreendidas por sua forma de pensar em termos de relações, fugindo a fragmentação⁴.

Desse modo, resgatar os contributos gramscianos fundamentais à ciência política e ao marxismo, para apontar a apropriação que lhe foi feita no tocante ao conceito de hegemonia, impõe como ponto de partida seu estudo das relações entre estrutura (econômica) e superestrutura (política, jurídica e ideológica) no conceito, dos mais importantes seus, que é o de bloco histórico.

Partindo de uma formação histórico-social determinada, o bloco histórico corresponde a uma situação social concreta onde classes e superestrutura ideológica e política apresentam unidade orgânica. É a partir da análise do bloco histórico que Gramsci pormenoriza o tripé de interesse de seu estudo, sustentado na busca por compreender como se constitui, como se desagrega e como se dá a construção de um novo bloco histórico. É pela sua ação política que o conceito de bloco histórico, de acordo com Pizzorno (apud PORTELLI, 2002, p. 15), deve ser considerado como “o ponto de partida de uma análise da maneira como o sistema de valores culturais (o que Gramsci chama de ideologia) impregna, penetra, socializa e integra um sistema social”.

Isolada do processo histórico não há possibilidade de entendimento da estrutura por si mesma. Por isso, considerando as tendências de desenvolvimento da estrutura num dado momento, ainda que nem todas necessariamente se realizassem, Gramsci busca captar o movimento histórico

³ Segundo Lincoln Secco, na prisão, para escrever Gramsci: “Usava frases elípticas e mudava nomes de personagens do movimento socialista para iludir a censura carcerária. Assim, Stalin era Giuseppe Bessarione e Trotsky Bronstein, por exemplo.”. (2001, sem página numerada)

⁴ A pesar de sua obra ter sido constituída de forma fragmentada, dada às condições em que foi concebida.

através de sua análise sobre as Revoluções burguesas na França (1789) e na Itália, a vitória da classe operária com a Revolução Russa de 1917 e sua derrota na Itália em 1920⁵.

Para o entendimento da “superestrutura do bloco histórico”⁶, Gramsci vai além ao introduzir no debate sobre a construção de uma nova sociedade a imprescindibilidade de dois outros conceitos, o de Sociedade Civil e o de Sociedade Política. Ambos conceitos trazidos à tona a partir da constatação do comunista italiano de que Rússia e Europa ocidental se diferenciavam em relação à força do Estado e da sociedade civil, fato que deveria ser levado em conta quando da elaboração de estratégia para a tomada do poder em um levante revolucionário. Para chegar ao entendimento de como se constrói a hegemonia, Gramsci parte da busca por compreender o funcionamento do Estado e esse, segundo as suas análises, apresenta diferentes estruturas nas “sociedades orientais” e nas “sociedades ocidentais”. Sua reflexão sobre as experiências bolcheviques demonstraram que nas sociedades ocidentais há uma relação de equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, o desenvolvimento (sob o domínio da burguesia) da sociedade civil ocidental aumentava os problemas em torno da tomada do poder político pelo proletariado porque a hegemonia se realiza no âmbito da sociedade civil. Desse modo, uma “guerra de movimento” não traria com sig o êxito nas sociedades ocidentais. Para Gramsci, cabia-lhes, como alternativa, a “guerra de posição”, de forma que seria possível ir construindo contra-hegemonia, um novo bloco histórico que se levanta por contruir relações de força contra o velho, tornando real a construção da contra-ideologia diante da ideologia.

⁵ Em agosto de 1920 os operários italianos ocupam as fábricas do chamado triângulo industrial (Milão, Turim e Genova) e fizeram com que em Turim, na fábrica da Fiat, o escritório do dono da fábrica, Agnelli, passasse à sede do comitê de ocupação. O grupo do *L'Ordine Nuovo*, jornal do qual Gramsci foi editor e fundador com Palmiro Togliatti, participou ativamente das lutas em Turim. Não obstante a vitória em primeiro momento da classe operária italiana é destacável que, mesmo tendo existido ocupação de algumas fábricas (sob a direção dos Conselhos de Fábrica), que chegaram a seguir com a produção após a expulsão dos patrões e dos dirigentes, tenha se seguido a derrota do operariado, respondida com a ascensão do fascismo em 1922.

⁶ Para PORTELLI (1977, p. 17): “As superestruturas do bloco histórico formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingue duas esferas essenciais: a da sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a da sociedade civil, isto é, a maior parte da superestrutura.”.

A despeito de ter suas origens em Lênin⁷, o conceito de hegemonia de Gramsci se evidencia, nesse ponto, propondo uma nova relação entre estrutura e superestrutura, uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, colocando a sociedade civil e a ideologia em ponto central, pois, na análise gramsciana, fica evidente que é vital a qualquer formação histórica, para a sua consistência e continuidade, a existência de uma expressão intelectual embasada em ideias e em valores. A função de dirigir intelectualmente e moralmente um sistema social cabe à sociedade civil, onde a ideologia se manifesta e/ou é elaborada através de seus *aparelhos privados de hegemonia* como a igreja, a escola, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação de massa, entre outros.

A hegemonia seria para Gramsci a capacidade que tem um bloco histórico no poder de legitimar-se e garantir-se no mesmo através do consentimento das demais classes. A hegemonia de uma determinada classe se faz quando ela é capaz de tornar-se classe não só para si, mas para toda a sociedade, ou seja, quando as suas ideias e modelo de sociedade se tornam universais, fato que não exige o domínio prévio do poder, mas como signa BOITO JR. (2003), um “consenso em torno de valores e ideias”, mas que para Gramsci sempre tem seu fundamento na base da sociedade. No caso das ideias da burguesia na sociedade capitalista não são só ideias da burguesia são ideias particulares de uma classe que se tornam universais e gerais, no caso, hegemônicas. Essa hegemonia, na sociedade capitalista, se faz pela exploração e dominação, seja pela violência, seja pelo consenso, embasada na parcialidade da realidade, e das “falácias”, e não da relação “objetiva”. Estaria então a ideologia mediando essa relação entre o bloco histórico e sua hegemonia social.

Como fica evidente, em Gramsci a hegemonia se mostra e se exerce ou pelo domínio (coerção) ou através da direção intelectual e moral. Assim, qualquer grupo, embasado na função que assume no campo da produção econômica, cria para si grupos de intelectuais que lhes garantam, ao mesmo tempo, homogeneidade e legitimação nos campos da política e da sociedade.

⁷ Lenin é o primeiro a utilizar o conceito de hegemonia, que se referia às relações entre Estados no interior de uma formação econômico-social concreta em diferentes dimensões. Centralmente na estratégia política do proletariado, em relação a seus aliados em uma frente operário-camponês.

Ao agregar também ao conceito de Estado-coerção a sociedade civil, Gramsci amplia o conceito de Estado. No entanto, por conta da contradição que lhe é inerente, esse conjunto não é homogêneo, tornando possível, num processo dialético, que crises orgânicas ocorram e um novo bloco histórico se constitua. Ao citar Gramsci, COUTINHO (1992, p. ????), demonstra como o mesmo realiza a distinção (que não foi feita por Marx) entre sociedade civil e sociedade política, sem estabelecer o primado de um em detrimento do outro:

[...] ele explicita melhor ainda a dialética (unidade na adversidade) entre sociedade política e sociedade civil: “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou submeter também a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados. (Gramsci)”. Nesse texto, o termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura.

O debatedor de Gramsci reforça essa divisão analítica feita por Gramsci: (COUTINHO, 1992, p. 76-77)

O Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coersão”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante identifica detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

Ideologia, em Gramsci, tem um local, o Estado e mesmo com o fato de PORTELLI (1977) assegurar que Gramsci teria escrito pouco sobre a definição de Estado, vale ressaltar a recolocação feita pelo marxista italiano a respeito desse conceito. Em sentido estrito, segundo ele “por uma razão: na teoria marxista clássica, o estudo dirige-se mais para o aparelho de Estado que para a direção ideológica, cultural, da sociedade” (PORTELLI, 1977, p. 30). Entretanto, Portelli destaca que se encontra nos Cadernos do Cárcere três definições para sociedade política:

“- sociedade política ou Estado, que corresponde à (função de) “dominação direta” ou de comando que se exprimi no Estado ou governo jurídico”.

- “sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento”.

- “Governo político..., isto é, aparelho de coerção de Estado, que assegura “legalmente a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha-o consenso espontâneo”.

À sociedade política corresponderia às funções de dominação ou de comando sobre as classes subordinadas. Ela é constituída pelos aparelhos de coerção do Estado. Na teoria marxista clássica, a sociedade política identificar-se-ia ao Estado, concebido como “a violência organizada e concentrada da classe dominante” (Gramsci, 2001b, p 271). Para Gramsci, a sociedade política reúne as atividades da superestrutura que se destinam a manter, usando a força, uma determinada “ordem social” e econômica.

Desse modo, Gramsci elabora e aprofunda significativamente a teoria marxista de Estado⁸, que por conta do seu aspecto binário (mas complementares entre si) foi apontado pelo marxista italiano em sua concepção ampliada. Nas palavras do próprio Gramsci: “Estado = sociedade política + sociedade civil. Isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1980, p.

⁸A respeito da polêmica em torno da discussão sobre a existência ou não de uma teoria do Estado em Marx, parte-se do pressuposto de que, por força do método usado, a inexistência de obras voltadas especificamente à teorização sobre o Estado, Marx, em sua obra: “apanha as dimensões políticas e econômicas do Estado ao compreender o Estado burguês como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo. [...] mostra como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante.” (IANNI, 1992, p. 32).

149).A sociedade política, ou Estado estrito, ou ainda Estado-coerção, compreende os aparelhos coercitivos, repressores do Estado, assim como a polícia, os presídios, o judiciário. A sociedade civil, como já definida, seria o espaço do consenso, da hegemonia cultural, se materializando nos aparelhos privados de hegemonia, como classifica Gramsci, instituições como escola, mídia, igreja, entre outros. Assim, o Estado pode ser definido como sendo o equilíbrio interno à superestrutura das funções de hegemonia ideológica e dominação política, com vistas a assegurar a ascendência do grupo dirigente sobre toda a formação social (Gramsci, 2001a). Deste modo o autor italiano disserta que o Estado é tanto consenso, via ideologia, como coerção via força militar. São por estas vias que o bloco histórico no poder garante o equilíbrio entre estrutura e superestrutura, perpetuando as relações sociais de sua sociedade, se mantendo como bloco dominante e mantendo os demais como dominados.

No marxismo o ponto norteador das formulações teóricas sobre o Estado expressa-se na natureza de classe do Estado capitalista, pois é por meio dele que os interesses que prevalecem são os pertencentes às classes dominantes. Foi desse modo, não fugindo à concepção marxista, que o cientista político grego-francês Nicos Poulantzas também teorizou a partir das relações entre as diferentes frações de classes no interior do Estado capitalista.

2. Nicos Poulantzas no seu contexto político e teórico: A recuperação do conceito de hegemonia

Trazer à baila as principais concepções de Nicos Poulantzas, no tocante à sua primeira fase em *Poder Político e Classes Sociais* impõe, à sua compreensão, estar a par do instante em que se deu a construção de tal obra.

Uma reintrodução das discussões sobre o Estado e o poder no interior do marxismo ocorreu ao final da década de 1960, impulsionada pelos debates na

New LeftReview⁹, onde autores como Jurgen Habermas, ClausOffe, Wolfgang Müller,e o próprioPoulantzas, em seu célebre debate com Ralph Miliband, discutiam, além do legado de Marx, a relação entre a tríade: burocracia ou elite estatal, classes dominantes e o Estado capitalista.

A trajetória ideológica do marxista grego e, posteriormente, erradicado na França não é linear. O contexto político e intelectual, bem como a problemática teórica em torno da busca de uma estratégia frente aos problemas que se apresentavam para a revolução, fez Poulantzas apresentar teorizações sobre o Estado no capitalismo que chegam a ser incompatíveis em cada um dos seus momentos. Todavia, centrando-se na sua fase mais inicial ¹⁰, a obra de 1968, *Poder político e Classes Sociais*, pode possibilitar o entendimento de sua recuperação, e ate avanço, no tocante ao conceito de hegemoniade Antônio Gramsci.

Esse primeiro momento de Poulantzas traz como marca a visão de um Estado como estrutura, bem como a sua ambição em formular, no contexto de luta teórica na ciência política, uma teoria marxista do político. Para isso, aproveitou o instante para defender a necessidade de se revisitar os “clássicos” do marxismo em sua pureza teórica e, a partir, dos textos políticos do movimento operário e da própria ciência política realizar a conceitualização do Estado no modo de produção capitalista.

O que Poulantzas apresenta é uma “teoria geral” do Estado em um modo de produção específico, mas não de uma sociedade específica. Seu interesse pela tríade: Estado, poder e política se dirige ao modo de produção capitalista, onde,para ele, toda a estrutura existe em função de assegurar a coesão social, “a função específica de construir o fator de coesão dos níveis [político, econômico, ideológico] de uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 40),

⁹A revista inglesa,New LeftReview, foi fundada em 1960, sendo um dos periódicos de maior importância para os debates da esquerda na Europa.

¹⁰Segundo CODATO (2008), há uma tríplice divisão para a obra de NicosPoulantzas: Uma fase existencialista, na qual o aoutor s e aproxima de Sartre; Uma segunda fase estruturalista, com forte influência de Louis Althusser (do qual Poulantzas foi aluno) e uma última fase, onde o autor dialoga com Michael Foucault. No entanto, defende Bob Jessop, em “thecapitaliststate: marxisttheoriesandmethods, que há em Poulantzas apenas duas fases.Neste trabalho, a abordagem leva em consideração um primeiro Poulantzas, estruturalista e, um segundo Poulantzas, onde o autor adota uma estratégia eurocomunista de esquerda.

fato que exige uma dupla reprodução: o das relações de produção capitalista e o das relações de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais.

A partir da caracterização desse Estado, Poulantzas apresenta uma estratégia leninista no tocante à alternativa para a superação desse Estado. Um Estado contra-hegemônico se ergueria mediante ação da dualidade de poderes da classe trabalhadora e do partido.

Mas, através da análise da relação entre Estado e sociedade civil, que Poulantzas demonstrou o caráter político dessa ligação, o sociólogo teve como objetivo a apresentação de um conceito que mostrasse o que existe de universal, qual é função comum a todo e qual quer Estado no capitalismo. E dessa forma, ante as que considera equivocadas interpretações de Marx à época¹¹, demonstra, nesse primeiro momento de sua produção teórica, recusa à visão do reducionismo econômico e mostra-se preso ao materialismo histórico, quando enfatiza a existência de uma autonomia relativa dos elementos superestruturais ligados em última instância, à economia.

Para Poulantzas, como conclusão teórica, o Estado não é um “aparelho” material, porém se apresenta como o local onde se tornam expressivas as contradições entre os diversos níveis da formação social capitalista: “as instituições ou os aparelhos não possuem poder próprio e só exprimem e cristalizam os interesses e poderes de classe” (POULANTZAS, 1975, p. 75). Desse modo, politicamente a conclusão a que chega Poulantzas, nesta obra, é que a possibilidade de ação contra-hegemônica deve se voltar para quem garante o estabelecimento da ordem capitalista, que não é outro senão o Estado.

É partir de sua caracterização do Estado capitalista que o marxista grego-francês chega à formulação da idéia de “bloco no poder”, ou seja, as “frações da burguesia”, apesar de possuírem diferentes interesses, mostram-se homogêneas e se cristalizam como poder no Estado capitalista (POULANTZAS, 1977: 225):

¹¹ Critica o comunismo pro-soviético do Partido Comunista Francês (PCF), assim como, no plano teórico, também as teses trotskistas de Ernest Mandel e a social-democracia, em termos políticos, lembrando que faz parte da corrente maoísta do marxismo. No plano teórico, sua base estruturalista se opõe também como Althusser ao marxismo humanista de modelos como a variável teórica sartreana.

[...] o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, “torna possível”, na sua relação com o campo da luta política de classe, relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder.

Mesmo que mantenham entre si contradições, a burguesia (classe dominante no capitalismo) mantém esse jogo de relações sociais para executarem a dominação política e a direção ideológica das demais classes sociais. Assim, no interior do Estado capitalista há diferentes interesses, das frações de classes, mas não há ruptura da unidade dessa classe dominante. Em suma, como definido abaixo (MAGALHÃES 2001:108), para Poulantzas o Estado nada mais que aquilo que:

"traduz, no nível político, a relação entre os interesses das classes dominantes com os das classes dominadas, sendo, portanto, o fator de coesão da unidade de formação e também a estrutura na qual se condensam as contradições de diversos níveis da formação. Ele atua, portanto, como um vaso comunicante para onde são repassadas as contradições que se dão nos outros níveis".

Poulantzas aponta a rica contribuição de Marx, em *18 Brumário de Louis Bonaparte*, no tocante ao estudo das frações da classe dominante, todavia não há menção ao conceito de bloco no poder e/ou de hegemonia em relação ao bloco no poder naquele autor. Poulantzas aponta que é por conta da própria natureza do Estado capitalista que essa “pluralidade” existe e se torna hegemônica a depender da função econômica que exercem, logo(POULANTZAS, 1977, p. 227):

Esta pluralidade corresponde às estruturas do Estado capitalista que permitem uma “participação” característica no poder, quer de classes dominantes dos modos de produção dominados, quer frações da classe burguesa cuja autonomia depende da sua relação com esses modos.

Desse modo, a unidade com a qual se apresenta o Estado capitalista a nada mais serve senão para legitimar a hegemonia do bloco burguês no poder. A sua aparência, de fato, é a demonstração de como a “sociedade civil” torna as ideias de uma fração como sendo as ideias do todo.

3. Aproximação e disparidades entre os marxistas Gramsci e Poulantzas no tocante à recuperação do conceito de hegemonia:

Considerar o Estado como parte integrante da superestrutura e responsável pela imposição e difusão da hegemonia burguesa fez de Gramsci um inovador¹² no tocante ao conceito de Estado. Ou seja, "a teoria ampliada do Estado em Gramsci (conservação / superação da teoria marxista "clássica")"(COUTINHO 1992, p. 77) demarca os avanços gramscianos em relação às bases do seu pensamento e traz para a discussão o conceito de hegemonia, afinal, em Gramsci, "o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia burguesa na superestrutura" (MAGALHÃES, 2001:101). Gramsci reconhece que, em última instância, o componente econômico da sociedade é condicionante, mas ressalta em seu debate a importância da superestrutura para a dominação burguesa no Estado capitalista.

Na abordagem de Gramsci acerca do Estado, é possível identificar a hegemonia que se edifica independente dos mecanismos de direção e dominação, fato comprovado pelas palavras do próprio teórico (GRAMSCI, 1977, p. 2010-2011):

O critério metodológico sobre o qual é preciso fundar a própria análise é o seguinte: que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou submeter mesmo

¹² A inovação parte do pressuposto de que, se levadas em consideração forem as bases teóricas do pensamento gramsciano, como Marx, por exemplo, o Estado era visto como o local da repressão da burguesia sobre o operariado, ou seja apenas uma sociedade política: "[...] não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam [...] para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses" (MARX, 1984, p 98). Todavia, essa posição fez Gramsci ser reconhecido como "teórico da superestrutura" (BOBBIO, 1987),

que com a força armada e é dirigente dos grupos afins aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e na medida em que mantém fortemente em suas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar sendo 'dirigente'.

Para Taylor, citando Gramsci, “o Estado consiste de todo um complexo de atividades políticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e conserva a sua dominação, mas manobra para conquistar o consentimento ativo daqueles que estão subjugados a suas regras” (apud Marsh&Stoker, 1995:254). Logo, segundo o que está colocado nos Cadernos do Cárcere pelo autor marxista italiano, hegemonia desdobra-se em dois significados distintos, que são, basicamente, a hegemonia em relação ao Estado, e outro que diz respeito à hegemonia em relação a um grupo social. Assim, há em Gramsci um movimento horizontal (no interior da classe dominante) e um movimento vertical (dominantes sobre dominados): o primeiro processo, que ocorre na sociedade civil, mediante o qual determinada parte da classe dominante exerce o controle, usando as suas lideranças moral e intelectual, em detrimento das demais frações aliadas da classe dominante; e o outro processo ocorre quando, uma classe dominante, assim constituída, possui a capacidade de usufruir de sua liderança política, moral e intelectual para impor sua concepção de mundo como universal, sobrepujando interesses e necessidades dos grupos subordinados. Os intelectuais têm uma função muito importante na consolidação do bloco histórico dominante e que COUTINHO (1992, p.108) distingue que:

Existem – segundo Gramsci – dois tipos principais de intelectual. Em primeiro lugar, temos o **“intelectual orgânico”**, **que surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe**, “não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”; e, em segundo, temos os **“intelectuais tradicionais”**, que – tendo sido no passado **uma categoria de intelectuais orgânicos de dada classe (...)** – **formam hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma camada relativamente autônoma e independente**. O que importa aqui (...) é que ambos exercem objetivamente funções análogas à do

partido político: eles dão forma homogênea à consciência de classe a que estão organicamente ligados (ou, no caso dos intelectuais "tradicionais", às classes a que dão sua adesão) e, desse modo, **preparam a hegemonia dessa classe sobre o conjunto dos seus aliados.** (Negritos nossos)

É através desse vasto conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci que emerge a recuperação teórica que Nicos Poulantzas faz. Afinal, se para Poulantzas o Estado é o local onde se confrontam os interesses das classes dominantes com os das classes dominadas, bem como os interesses das “frações de classes no poder”, Poulantzas pretere o conceito de hegemonia em relação ao Estado e usa o conceito gramsciano de hegemonia no tocante a um grupo social no interior de um bloco de poder.

Apontando como campo a luta de classes em uma formação econômico-social capitalista, o conceito de hegemonia em Poulantzas exprime a dominação de uma classe ou frações de classe em relação às outras frações de classe no interior de um determinado bloco de poder. Para o autor há uma certa autonomia do Estado em relação às classes dominantes, uma “autonomia relativa”, que para ele difere do instrumentalismo como é tratado o Estado em outras leituras (POULANTZAS, 1977, p.252):

Por autonomia relativa deste tipo de Estado, entendo, aqui, não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo da luta de classes, em particular a sua autonomia em relação às classes ou frações de bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suportes. [...]. Espero, por isso mesmo, marcar nitidamente a distância que separa esta concepção do Estado de uma concepção simplista e vulgarizada, que vê no Estado o utensílio ou o instrumento da classe dominante. Trata-se pois de [...] demonstrar que a concepção do Estado em geral como simples utensílio da classe dominante, errônea na sua própria generalidade, se revela particularmente inapta para apreender o funcionamento do Estado capitalista.

Como o Estado possui essa “autonomia relativa” em relação às classes e frações de classe, mas representando o interesse político do “conjunto” da

burguesia, essa unidade em conflito sempre estará dirigida e organizada de acordo com os interesses de apenas uma das frações, que é a fração hegemônica. Para o comunista grego-francês, a própria continuidade do Estado implica essa permanência de hegemonia de uma fração da burguesia (Idem 1980, p. 157):

Não apenas essa hegemonia na relação de forças está presente no seio do Estado, mas, da mesma maneira que o bloco no poder só pode funcionar a longo prazo sob a hegemonia e direção de um de seus componentes que o unifique diante do inimigo de classe, o Estado reflete essa situação.

Segundo Poulantzas, em relação à autonomia, ele diz que o Estado capitalista (Idem 1977, p.281):

[...] toma, de algum modo, a seu cargo o interesse político da burguesia, entendida como o bloco burguês no poder, que realiza por sua conta a função de hegemonia política que aquela não pode preencher. Para o fazer, contudo, o Estado capitalista assume uma autonomia relativa face à burguesia: [...]. **Essa autonomia relativa permite-lhe precisamente intervir, não somente com vistas a realizar compromissos em relação às classes dominadas, que, a longo prazo se mostram úteis para os próprios interesses das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo desta ou daquela fração da classe dominante:** compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização do interesse político de classe. Basta mencionar o exemplo das chamadas "funções sociais" do Estado, que atualmente assumem uma importância crescente. (Negritos nossos)

Essa autonomia é útil à manutenção do capitalismo, pois, para mantê-lo “[...] o Estado precisa ser independente da influência dos capitalistas – essa é a teoria da autonomia relativa do Estado, de Poulantzas” (MAGALHÃES, 2001, p.110).

Há, desse modo, uma “ilusão” (que não é ideológica, mas algo de “caso pensado”) uma idéia acerca do Estado que faz a sociedade civil tomar a aparência pela realidade. Isso, na verdade, é um dos sentidos de existência do Estado, que, no modo de produção capitalista, apresenta os interesses do

Estado, que são na verdade os interesses da fração hegemônica num determinado bloco no poder, como sendo “interesse geral” do “povo-nação” (POULANTZAS, 1977, p.129):

Este Estado apresenta-se como a encarnação da vontade popular do povo-nação, sendo povo-nação institucionalmente fixado como conjunto de “cidadãos”, “indivíduos”, cuja unidade o Estado capitalista representa, e que tem precisamente como substrato real esse fato de isolamento que as relações sociais econômicas dos M.P.C. manifestam.

Na verdade essa característica do Estado no capitalismo, para Poulantzas, é reveladora da dominação de uma classe ou frações dela em relação às outras classes ou frações de classe, demonstrando, desse modo que a classe hegemônica é aquela que possui a capacidade de, no interior de um bloco no poder, tanto representar a “vontade coletiva”, como se fazer impor sobre as demais frações da classe dominante. De acordo com o autor (Idem, 1977, p.274):

O poder de Estado constitui uma unidade própria, na medida em que as suas instituições são organizadas como constitutivas da unidade do povo e da nação. O Estado, estabelecido como lugar do "universal", da vontade geral, do público, é tido como representando não estes ou aqueles interesses privados e constelações econômico-sociais, ou a sua soma, mas o conjunto político unitário do povo-nação.

Mas, essa fração (ou frações) de classe é hegemônica por ter seus interesses em prevalência no interior do bloco no poder, o que só expressa a “luta de classe” no interior do bloco, que desse modo não é nada monolítico como aparenta ser (Idem, 1977, p.234):

O Estado capitalista e as classes ou frações dominantes funciona no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo seus interesses econômicos em interesses políticos representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política.

No tocante à “unidade política” que possui o Estado capitalista que demonstrou Nicos Poulantzas em sua teoria, o dito abaixo aponta que (MAGALHÃES 2001, p.109):

A contribuição especial de Poulantzas às teorias do Estado está posta quando ele mostra como o Estado capitalista fornece o quadro para as lutas entre frações da classe dominante e reintegra a classe operária, como indivíduos separados dos meios de produção e de sua classe, numa nação e num conjunto unificado de regras e instituições. Ao mesmo tempo, o Estado fornece o espaço político para a luta de classes. É ele que reintegra os trabalhadores e os burgueses num todo unificado que será reproduzido como sociedade capitalista – como uma estrutura de classes – através do tempo.

Se a divisão de classes, existente no aspecto econômico da sociedade capitalista, não se reproduz no interior desse Estado capitalista (pois a classe burguesa se mostra homogênea e a mascara a divisão por meio da crença de que “todos são iguais”), a separação do trabalhador dos meios de produção é legitimada por meio desse mesmo Estado. Ou seja, o Estado capitalista é, para Poulantzas, ao mesmo tempo, unificador e separador, pois na sua encarnação de representação da unidade, concretiza a “vontade” do povo-nação ao mascarar a realidade dos interesses de uma parte.

Mas como essas frações da burguesia, apesar de dominantes, mas contárias entre si e defensoras de interesses próprios, podem se mostrar de maneira unificada? Magalhães tenta demonstrar como isso é possível de acordo com Poulantzas (MAGALHÃES 2001, p.110):

Isso ocorre porque os interesses econômicos dividem a burguesia. Os burgueses são incapazes de agir coletivamente, dado que a reprodução do capitalismo é do interesse da burguesia, mas não dos capitalistas individuais: [...]. Isso posto, a tarefa de garantir a reprodução do capitalismo não pode ser assumida pela burguesia: ela (a tarefa) só pode ser realizada pelo Estado que age contra as objeções das firmas individuais.

Logo, se há no Estado esse efeito de ocultamento da realidade que é inerente ao modo de produção capitalista, como alternativa contra-

hegemonicanão resta alternativa, senão destruir quem produz e quem impõe essa realidade, que é o Estado. Destruir a sociedade capitalista passa, impreterivelmente, pela destruição do Estado e das funções que este assume voltadas para: a economia, por organizar a produção; a política, pois representa a dominação de uma classe; e ideológica, por garantir os mecanismos de sustentação das ideias de uma classe ou frações de classe.

Porém, Gramsci já advertia que a estratégia para a construção de uma contra-hegemonianecessita, nas “sociedades ocidentais” de uma estratégia que construa posições nos “aparelhos privado de hegemonia” e não que use aguerra de manobra. Segundo Coutinho (1999, p.115-116) essa “luta pela hegemonia implica uma ação que, voltada para a efetivação de um resultado *objetivo* no plano social, pressupõe a construção de um universo *intersubjetivo* de crenças e valores”. Complementarmente, o dito abaixo demonstra qual serai , na visão gramsciana, a correta estratégia para a construção da contra-hegemonia (EAGLETON 1997, p.106)

Na sociedade moderna, então, não é suficiente ocupar fábricas ou entrar em confronto com o Estado. O que também deve ser contestado é toda a área da “cultura”, definida em seu sentido mais amplo, mais corriqueiro. O poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer “contra-hegemonia” deve leve levar sua campanha política até esse domínio, até agora negligenciado, de valores e costumes, hábitos discursivos e práticas rituais.

Assim, é possível enxergar disparidade em relação à construção teórica sobre a possibilidade de contra-hegemonia para Gramsci e Poulantzas. Afinal, por sua preocupação prática, Gramsci volta-se a pensar uma estratégia política de passagem ao Socialismo, ou seja, para a conquista de hegemonia para a classe operária, no marco de uma luta pelo poder político¹³. Enquanto que, na

¹³ Lembrando que Gramsci se referia à tomada do poder pelo operariado em sociedades ocidentais, onde o que prevalece é o equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, o que torna a superestrutura da burguesia mais forte.

escola althusseriana, Poulantzas esteve mais concentrado em uma abordagem teórica do Estado capitalista.

Conclusão

A incorporação do conceito de hegemonia gramsciano na obra de Poulantzas é primordial para a compreensão da unidade política exercida pelo Estado capitalista.

Essa incorporação só é possível porque tanto Antônio Gramsci, como Nicos Poulantzas questionaram, em momentos históricos diferentes - mas dentro da mesma perspectiva, o marxismo -, a equivocada visão instrumentalista do Estado, defendida pelos partidos comunistas estalinizados e pela socialdemocracia. Para eles o Estado reflete muito além da ideia de ser o

“comitê executivo dos negócios da classe dominante”. As teorizações desses autores demonstram, cada um a sua maneira, que o Estado capitalista assume independência.

Não tendo se ocupado da temática da importância dos intelectuais, Poulantzas se afasta de Gramsci. Assim como o destaque gramsciano, em seu estudo sobre o Estado capitalista e seu funcionamento, esteja na importância dos elementos superestruturais, o que para Poulantzas, estaria centrado nas funções estruturais que produzem a unidade política e a “autonomia relativa” desse Estado.

Todavia, não resta dúvida que para marcar sua importância no meio acadêmico da Ciência Política contemporânea, assim como no Marxismo, Poulantzas tenha se valido do conceito de hegemonia de Gramsci, criado fora dos marcos institucionais, mas tão dotado de vitalidade e importância para a construção de alternativas contra-hegemônica dos mais variados movimentos da atualidade.

Referências

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COUTINHO, C. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DEL ROIO, Marcos. Os Prismas de Gramsci: A Fórmula Política da Frente Única (1919-1926). São Paulo: Xamã editora, 2005.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Edunesp/Boitempo, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica americanismo e fordismo. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 4ª edição, 1980.

_____. Quadernidelcarcere. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

Magalhães, José Antônio Fernandes. Ciência Política. Brasília: Editora Vestcon, 2001;

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Escrita da História*. Publicado em 22.01.2011, In: http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=9&id_publicacao=422&id_indice=2360. Acesso em: 17/07/2011.

Taylor, George in Marsh, David e Stoker, Gerry. *Theory and Methods in Political Science*. Nove Iorque: St. Martin's Press, 1995